



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AMA  
Per  
17

**PRIMEIRA REUNIÃO DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM DEZASSETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.** -----

----- **ATA NÚMERO QUATRO** -----

Aos dezassete dias de junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a primeira reunião da terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Amélia Macedo Antunes, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Isabel Maria de Almeida Lourenço Travessa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente.

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais: PS** – Fernanda Fernandes, José António Rocha Caria, Fernando Coelho e Alcídio Torres de Carvalho. **CDU** –, Avelino dos Santos Antunes, José Manuel Rosa Ferra, Mário Manuel Rocha Baliza Leonardo, Ana Catarina Correia, Ana Paula Batalha e Francisco Saragaço. **PSD** – Ana Filipa Mota, Sérgio Vasco, Alfredo Rodrigues, Francisco Cordeiro, João Figueiredo e Nadine Balasteiro. **BE** – Cipriano Pisco. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
H

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta ou substitutos**: -----  
**União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro** – Fernando Caria, (PS); **União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia** – Luís Miguel Morais (PS); **União das Freguesias de Pegões** – António Francisco Miguéns (PS), **Junta de Freguesia de Canha** – Armando Piteira (PSD) e **Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes** – Joaquim Batalha (CDU). -----

Solicitou **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

**Deputados Municipais**

Sabina Pereira (CDU), tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Ana Paula Batalha. -----

Maria do Carmo Guia (PSD), tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Nadine Balasteiro. -----

Francisco Salpico (CDU), tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Francisco Saragaço. -----

Faltou justificadamente o senhor Deputado Municipal Ricardo Caçoila. -----

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo senhor **Presidente**, Nuno Ribeiro Canta. Presentes também os senhores **Vereadores**: Carlos Jorge Antunes de Almeida (CDU), Mercês Borges (PSD), Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU), Pedro Nuno da Silva Vieira (PSD) e Francisco dos Santos (PS). -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
Reg  
17

Seguidamente, a Senhora Presidente, abriu o período destinado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. O público presente não interveio. -----

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

Seguidamente, submeteu-se à aprovação as atas, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações: -----

**Ata n.º 2 de 29 de abril de 2016**

Aprovada por unanimidade. -----

**Ata n.º 3 de 2 de maio de 2016**

Aprovada por unanimidade. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período de intervenções. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que a Mesa da Assembleia Municipal, tinha um conjunto de informações para dar. -----

Assim, suscitou uma questão, que tem a ver com os pedidos que são dirigidos ao senhor Presidente da Câmara Municipal e que nem sempre as respostas vêm dentro do tempo que a lei refere e disse: -----

“Como os senhores deputados municipais estão lembrados, no anterior Regime Jurídico o Presidente da Câmara tinha 10 dias, se se tratasse de uma informação



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
V

solicitada pelos vereadores e tinha 15 dias para responder no caso de a solicitação ser levada a efeito pelos senhores deputados municipais. Hoje, o Regime Jurídico é outro, o Presidente da Câmara tem a obrigação de responder entre o momento do pedido e o tempo que medeia até à realização da assembleia municipal. -----

Naquilo que à Presidente da Assembleia diz respeito, o senhor Presidente leva às vezes meses a responder e nós devemos preservar as relações institucionais que não tem nada a ver com os nossos estados de alma, porque não é disso que se trata. Temos que dignificar as instituições, por um lado a assembleia municipal, por outro lado, a câmara municipal. Todos devemos cumprir a lei, ou então justificar porque é que não a podemos cumprir. -----

Relativamente aos pedidos, o senhor Presidente da Câmara não respondeu a uma solicitação da senhora deputada Ana Filipa Mota, sobre a AFPDM, relativamente ao Balanço de 2014; Demonstração de Resultados de 2014; Balancete Analítico de 2014; Mapa de Tesouraria Mensal referente ao ano de 2015; Mapa de antiguidade de saldos de fornecedores a dezembro de 2015; Informação mensal relativa ao pagamento de salários por funcionário com montante e data desse respetivo pagamento no ano 2015 e janeiro e fevereiro de 2016, e já por diversas vezes foi reiterado o pedido. -----

Relativamente aos pedidos formulados pela Assembleia Municipal e dirigidos ao senhor Presidente da Câmara, no dia 25 de maio, solicitámos que nos facultasse as questões suscitadas pelo tribunal de Contas, constantes do Relatório de Homologação de Contas da Câmara Municipal e dos SMAS de 2012, bem como, as respostas que a Câmara Municipal deu nesse processo. Portanto, gostaria que o senhor Presidente da Câmara nos fizesse chegar os referidos documentos.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
H

Também no dia 06 de maio, solicitei ao senhor Presidente da Câmara, cópia dos relatórios, referentes ao 1º e 2º ano de vigência dos contratos de execução com as Juntas de Freguesia. Cada contrato com a Junta de Freguesia tem a obrigatoriedade de ter um relatório anual, que tem a ver com as reuniões que se fazem entre o executivo da Câmara Municipal e o executivo da Junta de Freguesia, para aferir se os meios são suficientes ou se faltam meios. Por isso, a Assembleia Municipal deve também ter conhecimento desses relatórios e também até à presente data não nos foi facultado qualquer relatório. -----

Também solicitei ao senhor Presidente da Câmara, resposta para as propostas que foram agendadas na reunião de câmara de 25 de maio, sobre os regulamentos municipais e a resposta que foi dada pelo senhor Presidente foi que quando as propostas voltassem à Câmara Municipal, teria o seguimento normal para a Assembleia Municipal. Não é disso que se trata, os deputados municipais têm o direito de saber e conhecer as propostas aprovadas ou reprovadas e outros documentos que entendam, desde que tenham a ver com as competências municipais. Com o devido respeito e salvo melhor opinião, não há aqui qualquer matéria sigilosa, que não possa ser facultada à Assembleia Municipal. -----

Por último, solicitei ao senhor Presidente da Câmara Municipal, esta semana, que nos facultasse informação sobre os pagamentos já recebidos das candidaturas overbooking do Mercado Municipal, do Passeio Ribeirinho e do Pré-Escolar. Se já recebeu ou se ainda vai receber e quanto vai receber de cada uma destas candidaturas. -----

Trata-se de rigor e de transparência, deixo estas notas, para que de futuro as respostas possam vir atempadamente." -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
H

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, colocou ao senhor Presidente da Câmara, a seguinte questão: “Numa Assembleia Municipal em 19 de dezembro de 2001, o Bloco de Esquerda, apresentou uma Recomendação sobre as hortas comunitárias, essa Recomendação foi reprovada. Recentemente, a Câmara Municipal fez um memorando no sentido de entregar na zona do Saldanha, um terreno para a aplicação das hortas comunitárias. O problema que nós colocamos não é a entrega desses terrenos, o problema que se coloca é que esse memorando vai estar em vigor durante um ano, com um conjunto de regras. Tendo em conta que não existe um regulamento na Câmara Municipal do Montijo, para regulamentar essa situação, eu pergunto, quando chegar ao fim de um ano, quem é que se pode candidatar, ou, se houver outras pessoas a candidatarem-se, qual é a regra que vai ser implementada. Prorroga-se o contrato com os que já lá estão? -----  
A Moção foi rejeitada em 2011, mas achamos importante a aplicação destas medidas, mas existem pormenores que são necessários clarificar. Segundo o que está no *site* da Câmara Municipal, o memorando foi feito por um ano e quando chegar ao fim desse ano, qual é a regra que vai ser implementada?” -----

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, leu uma **MOÇÃO**, intitulada **EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA**, cujo teor abaixo se transcreve: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
H

“A contratualização com os privados surgiu para compensar as insuficiências da rede pública de escolas, na resposta às novas exigências decorrentes do alargamento do ensino obrigatório, nos anos 80.

Para garantir direito universal à Educação, e apenas com esse fim, realizaram-se contratos com estabelecimentos de ensino privado nas situações em que não existia oferta pública, mediante a transferência de um determinado montante, pelo Ministério da Educação. -----

Em 2005, quando a redução da natalidade já era por demais evidente, a realidade mostrava já, que manter contratos de associação correspondia a um **duplo financiamento da educação**: ou seja, correspondia a um autêntico saque ao orçamento da Educação, beneficiando o negócio privado à custa do Estado (ou seja, do dinheiro de todos nós). -----

Em 2011, a então ministra do governo do PS, Isabel Alçada, encomendou à Universidade de Coimbra um estudo sobre a rede que confirmava que a grande maioria dos alunos encaminhados para o ensino privado tinham lugar nas escolas públicas. A Região Centro, nomeadamente os distritos de Coimbra e Leiria, foram assinalados como mais problemáticos, com vários colégios, como o Colégio de São Martinho (Coimbra) ou a rede privada GPS (Caldas da Rainha), a receber apoios estatais com escolas públicas vazias mesmo ao lado. -----

Perante a agitação dos colégios, amplamente televisionada, o ministério de Alçada acabou por acordar com a Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) uma redução gradual do financiamento, com um corte no número de turmas e redução do valor por turma, de 114 mil euros anuais para 80.500. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
✓  
S

Em 2013, assinado por Nuno Crato, entrou em vigor, o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, que abriu a porta a uma nova vaga de contratos de associação, na medida em que flexibilizou as regras que permitem financiar a frequência de escolas privadas pelos estudantes.

Nuno Crato lançou ainda concursos abertos aos colégios que queriam ter ou manter os apoios do Estado. Os acordos foram assinados em 2015 com a validade de três anos. -----

Em 2016, a realidade herdada pelo governo atual, é esta: 79 colégios privados beneficiam de contratos de associação, num valor total de 139 milhões de euros. -----

**O que mudou com o atual Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues? --**

O Governo publicou, em abril, um despacho normativo que estabelece que aquelas escolas só podem receber alunos que residam "na área geográfica de implantação da oferta abrangida pelo respetivo contrato". -----

Além disso, a política seguida implica que não se abram novas turmas (início de ciclos) com contrato de associação em zonas onde exista oferta da rede pública.

Os alunos serão transferidos para as escolas públicas apenas no final do ciclo que estão atualmente a frequentar e apenas nos casos em que exista oferta pública. Portanto, está garantida a continuidade dos estudos aos alunos que já estão a frequentar, até fim do respetivo ciclo. -----

E os professores que, entretanto, venham a sair das escolas privadas? -----

Os docentes do ensino particular e cooperativo podem candidatar-se às escolas públicas concorrendo aos concursos de professores, tal como fazem os restantes docentes (e tendo a vantagem de lhes ser reconhecido, legalmente, o tempo de serviço prestado no privado). -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

As turmas financiadas, este ano são 1.731. A maioria (1.075) são turmas de continuidade, ou seja, contratos que já existiam e que vão manter até terminar o ciclo de ensino dos alunos, e as restantes 656 turmas são de início de ciclo, ou seja de 5º, 7º e 10º anos. -----

O Instituto de Gestão Financeira de Educação fez as contas e concluiu que uma turma da escola pública custa, atualmente, cerca de 54 mil euros anuais. Este ano, o Estado está a pagar às escolas com contrato de associação 80.500 euros por cada turma (uma poupança de 26.500 euros). -----

Os números mostram o que mostram, com plena evidência. -----

Mas a educação não se restringe a números, financiamentos e custos e é a qualidade da educação que está acima de tudo. Sem ruído, sem má-fé e sem falácias. -----

Na verdade, por detrás deste debate, saíram de forma muito aguda e frequentemente pouco elegante, muitos fantasmas ideológicos. -----

Na realidade, esta questão **não é**: -----

(1º) Um confronto entre a escola pública e a escola privada. É sim, sobre o financiamento público ao privado **quando ele não se justifica e quando ocorre duplo financiamento e se desbaratam os dinheiros públicos em nome de interesses que são outros e não os da Educação**. Interesses pouco educativos, diria mesmo. -----

(2º) **Não é**: um confronto entre a esquerda (estatista) e a direita (neoliberal). ----

As políticas liberais autênticas são defensoras dos méritos do mercado e da economia predominante ou exclusivamente privada – mas, da economia privada de facto, não dos saques ao Estado e ao dinheiro dos contribuintes!! Nunca, uma direita liberal séria estaria a favor de uma solução como aquela que



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
R

os contratos de associação hoje, e já desde os anos 90, acarretam: aumentar gastos, duplicar financiamento, desbaratar recursos. -----

A esquerda é, tradicionalmente, defensora da educação pública, laica e republicana. Mas em momento algum este governo põe em causa a convivência entre a rede pública e a rede privada de Educação. As famílias têm a liberdade de escolher essas escolas em vez das escolas públicas. O Estado não interfere no projeto educativo dessas escolas, nem na sua gestão. Os graus conferidos por essas escolas são reconhecidos. Defender a escola pública não é, pois, pôr em causa a liberdade de ensinar e de aprender. -----

Não é, por isso, um problema de liberdade de escolha. -----

O que está em causa é o direito universal à Educação. E é que esse direito se concretize de forma racional e democrática, respeitando a Constituição e a Lei de Bases do Sistema Educativo. O que está em causa na defesa da escola pública não é um combate aos privados, mas sim assumirmos a responsabilidade e o compromisso de uma educação de qualidade, universal, em que a igualdade de oportunidades assuma as suas duas vertentes: igualdade face ao acesso e igualdade face ao sucesso. -----

Porque: -----

Defender a escola pública é defender a liberdade de ensinar e de aprender para todos, seja qual for a sua condição, o seu território, as suas necessidades, as suas aspirações. -----

Porque a escola pública não evita territórios. Porque a escola pública não visa lucros. -----

Porque a escola pública não escolhe alunos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
Pey  
H

Porque a escola pública é para todos e é a única que garante igualdade de oportunidades. -----

**Porque a escola pública é de todas as cores da democracia.** -----

A Assembleia Municipal do Montijo, reunida em sessão ordinária no dia 17 de junho de 2016, delibera aprovar a presente moção de apoio à política de defesa da escola pública.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, colocou ao senhor Presidente da Câmara, a seguinte questão: “Circulam nas redes sociais que estão a realizar descargas no rio, em vários locais, nomeadamente no Esteiro da Quebrada. Esta matéria já foi referida por um munícipe em reunião de câmara, pelo que, gostaríamos de saber a sua veracidade e caso afirmativo, que medidas foram tomadas?” -----

Continuando no uso da palavra o senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), leu uma **MOÇÃO**, intitulada **PELA ESCOLA PÚBLICA**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Considerando que a ausência ao longo dos anos de uma política de alargamento da rede pública de ensino, conjugada com o encerramento de milhares de escolas, levou a que o Estado recorresse aos contratos de associação com Estabelecimentos de Ensino particular e Cooperativo (EEPC), assumindo estes um carácter complementar de garantia do direito à educação onde não existia resposta pública. -----

Recordando que os governos só devem recorrer, e de forma planeada, ao ensino particular ou cooperativo apenas quando haja incapacidade pública para



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
H

garantir uma resposta educativa a toda a população, mas estabelecendo mecanismos legais e orçamentais para garantir a equidade relativa entre o financiamento público, no ensino público e/ou nas instituições particulares ou cooperativas, bem como das relações laborais e condições salariais dos profissionais de ambos os setores, e da equidade pedagógica. -----

Constatando que nos últimos quatro anos, o então governo PSD/CDS não agiu de acordo com estas orientações dando, ao invés, passos significativos na privatização da Escola Pública e revelou desrespeito pelo quadro legal que define inequivocamente o carácter complementar do ensino privado, relativamente ao ensino público, desviando alunos da Escola Pública para os colégios privados e, criando expectativas nos trabalhadores, alunos e pais, relativamente à continuidade do ensino privado financiado pelo Estado, que este não podia, nem devia assumir. -----

Sublinhando que o aumento da capacidade de resposta da Escola Pública deve-se em grande medida a razões demográficas que levaram a uma diminuição do número de alunos em cerca de 20%, redução que serviu de justificação para que o governo PSD/CDS concretizasse o maior despedimento coletivo de professores verificado no país, no ensino público: cerca de 28.000 em quatro anos. Políticas neoliberais, estas, fundadas na tese de que «os privados fazem melhor e mais barato», e que conduziram à celebração de contratos de associação com escolas privadas, na maioria dos casos com disponibilidade da Escola Pública, com gastos superiores aos da Escola Pública em 25.000 euros por turma. -----

Recordando que a política de desvalorização da Escola Pública traduziu-se, ainda, em cortes no Orçamento do Estado para a Educação superiores a 3.000



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

milhões de euros que, entre outras consequências, levaram ao despedimento de professores e à não contratação de milhares de outros trabalhadores fundamentais para o bom funcionamento das escolas. -----

Repudiando a falsa preocupação que os partidos do anterior governo agora alegam com a qualidade do ensino e com os professores, os funcionários, os pais ou os alunos, que procuram instrumentalizar apenas para obter ganhos políticos imediatos a partir da desestabilização em curso, aproveitando para cavalgar na ideia de que o que interessa é que o estado assegure o serviço público, não importa se através da Escola Pública ou das escolas privadas, como se a lógica de funcionamento e os objetivos de uma e outras, fossem os mesmos. -----

Reiterando que a ação em curso, o seu enquadramento legal e constitucional não põe em causa a existência de escolas privadas cujos acionistas mantêm o direito de as constituir e pelas quais livremente os cidadãos podem optar, o que não tem cabimento é que essas escolas e os grupos económicos que as controlam sejam subsidiados pelo erário público tendo como contrapartida o desinvestimento, degradação e constrangimento da rede pública. -----

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida aos 17 dias do mês de junho de 2016, delibera: -----

1. Reiterar o normativo constitucional de que o Estado deve garantir o acesso à educação e que o instrumento para o fazer é a Escola Pública Universal, de qualidade e gratuita em todo o ensino obrigatório, independentemente das condições económicas e sociais de cada um; ----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
H

2. Destacar que o desiderato constitucional exige um investimento adequado na rede pública e nas condições de funcionamento da Escola Pública que permitam a melhoria do processo ensino/aprendizagem; ----
3. Sustentar que a garantia do acesso de todos ao ensino determina a possibilidade de celebrar contratos de associação com escolas privadas e do setor cooperativo, de acordo com as regras definidas em regiões onde a escola pública não tenha condições de acolher esses alunos, com um financiamento não superior ao que se faz por turma, na escola pública e com rigorosa verificação dos contratos assinados, acompanhados da exigência da aplicação das mesmas condições de trabalho aos professores que trabalham nessas escolas com contratos de associação, nomeadamente no que respeita à carga horária letiva; -----
4. Exortar os Montijenses a participarem ativamente na Marcha em defesa da escola pública que terá lugar em Lisboa e por todo o país, a 18 de junho, sábado, num ato de cidadania pela gratuitidade do acesso ao ensino independentemente dos níveis de rendimento das famílias.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota (PSD)**, no uso da palavra, fez algumas considerações, assim disse: -----

“Senhora Presidente, Senhor Presidente, Exmos. Vereadores, Exmos. Deputados Caríssimo Público. -----

Antes de ler a Declaração Política que trago sobre o mesmo assunto, queria só deixar aqui alguns considerandos importantes relativamente a uma possível decisão acerca do Aeroporto Complementar da Portela: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- O crescimento de tráfego das Low Cost cresceu brutalmente entre 2011 e 2015; -----
- O terminal 2 da Portela que alberga este tipo de tráfego só funciona para partidas porque não tem capacidade para chegadas; -----
- O tráfego de transferência está a crescer e estima-se que possa crescer muito mais nos próximos anos devido a novas rotas; -----
- Tendo em conta o crescimento do tráfego aeroportuário na Portela, este abraça um problema de capacidade com qualidade; -----
- A Portela para crescer e aumentar as portas de contacto precisa de eliminar a pista 17/35 (esta pista é considerada pelos pilotos como pista mais segura para aterrar aviões com um porte mais pequeno); -----
- A pista 01/19 da BA nº 6 do Montijo é sem sombra de dúvida, segundo a Associação dos Pilotos e técnicos especializados a melhor alternativa à pista 17/35 da Portela; -----
- Se a opção Montijo não existir não se pode aumentar a capacidade da Portela “Aeroporto Humberto Delgado”; -----
- O Aeroporto tem que existir para satisfazer o cliente, neste caso o passageiro. E não há dúvida nenhuma que o passageiro prefere aterrar a 15 minutos de barco do centro de Lisboa; -----
- Só os juros de um ano do investimento de um novo aeroporto, daria para pagar o investimento efetuado na BA nº 6 do Montijo; -----
- É razoável gastarmos tanto dinheiro numa grande infraestrutura quando os clientes do aeroporto preferem a proximidade de Lisboa? O objetivo principal do aeroporto é servir bem os passageiros; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA  
E  
H

- O desenvolvimento desta nova infraestrutura aeroportuária no Montijo, estima-se que leve à criação, no ano de abertura, de 4500 postos de trabalho, podendo chegar na sua fase de capacidade máxima a 15000 novos empregados;
- Gostaríamos também de saber em que fase se encontra as negociações da Câmara Municipal com a ANA relativamente às exigências que foram efetuadas pela autarquia?" -----

Continuando no uso da palavra, a senhora **Deputada Ana Filipa Mota**, leu uma **DECLARAÇÃO POLÍTICA**, que a seguir se transcreve: -----

“No passado dia 8 de Junho a Distrital de Setúbal do PSD realizou no auditório da AFPDM/EPM do Montijo uma iniciativa que visou a defesa da instalação do aeroporto complementar da Base Aérea nº 6 do Montijo. -----

Num auditório repleto, o Doutor Jorge Ponce de Leão, Presidente do Conselho de Administração da ANA, reafirmou uma vez mais que a Base Aérea nº 6 do Montijo é a melhor solução para a instalação de um aeroporto complementar à Portela, pelas suas características num todo. -----

“Esta é a solução que mais serve os interesses de Lisboa, da Região, do País e de quem nos visita”, afirma. -----

Sabendo de antemão que, a ANA tem solução escolhida e estudada, e que já praticamente todas as entidades envolvidas neste processo deram o seu parecer ao atual governo, na pessoa do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, não se percebe porque continua a ser adiado o mais importante investimento no nosso concelho, e que permite criar mais 4000 empregados? -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O anterior governo PSD/CDS do Doutor Passos Coelho deixou um legado de trabalho praticamente concluído e não tinha qualquer dúvida de que esta era a melhor solução, a que melhor defendia os interesses de todas as partes, e principalmente as do País, então o que é que se passa? Porque ficámos com o pé em cima do travão, sem decisão, em vez de acelerar e captarmos investimento, emprego e desenvolvimento económico para o Montijo, contribuindo também para o desenvolvimento de Portugal? -----

Será que se está à espera de uma melhor oportunidade temporal, nomeadamente a proximidade às eleições autárquicas para que se tome a derradeira decisão? -----

Ou será que o Doutor Pedro Marques, não vem há muito ao Montijo, e deixou-se enganar por publicidade desatualizada, e pensa que somos a cidade mais atrativa de Portugal? -----

Se o Montijo é o concelho mais atrativo, pensará provavelmente o Senhor Ministro observando a publicidade, que provavelmente não precisa de Investimento! -----

O PPD/PSD quer mais para o Montijo e reclama há muito este investimento, para que algo seja feito em prol deste Município ávido de investimento. Queremos o Aeroporto Complementar na BA nº 6 para que consigamos ser finalmente uma cidade atrativa para o investimento privado, já que por agora, só conseguimos atrair pouco mais do que um Pingo Doce e um investimento muito limitado por parte da Câmara Municipal do Montijo. -----

O senhor **Deputado Municipal – Alcídio Torres (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, cujo teor abaixo se transcreve: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
✓  
9

“Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores deputados; Senhores Munícipes. -----

Avaliar os seis meses do governo PS com apoio parlamentar do PCP, BE e PEV é um exercício natural, útil e necessário para percebermos os prejuízos que as políticas neo-liberais do PSD e CDS causaram não só ao país, mas também aos trabalhadores e residentes no concelho do Montijo. O não sermos deputados da Assembleia da República, mas simplesmente membros desta AM, não nos torna menos responsáveis nem mais indiferentes perante os trabalhadores da administração pública, os pequenos e médios empresários, os pensionistas, os jovens, os homens ou mulheres que no nosso concelho foram prejudicados por estas políticas. -----

As curas de austeridade administradas e apresentadas pelo anterior governo como um desígnio nacional teve como grande objetivo, isso hoje é claro, transferir riqueza dos trabalhadores e do Estado para o capital financeiro. Ao escolher o papel do melhor aluno da turma no concurso de beleza de austeridade, o anterior governo sacrificou a vida de milhares de pessoas ao reduzir os rendimentos do trabalho, ao atacar os direitos e garantias dos trabalhadores, ao reduzir o valor dos salários, das pensões e ao aprofundar o fosso entre pobres e ricos. -----

Nesta linha de atuação, procurou salvar os do andar de cima, ou seja a banca e os mais privilegiados à custa dos cidadãos, privatizou as empresas públicas, reduziu o papel do Estado e precarizou a legislação laboral. -----

Em suma, os portugueses foram vítimas de uma política austeritária que não nos fez sair do procedimento por défice excessivo nem permitiu diminuir o peso



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'A' and 'P' with a checkmark.

da dívida pública, pelo contrário aumentou-a, apesar da austeridade e dos sacrifícios pedidos aos portugueses serem em nome desses valores. -----

Perante uma herança de pobreza e exclusão o único caminho alternativo e responsável para estancar esta ofensiva austeritária, passava por uma solução capaz de travar a destruição do país. -----

A solução foi criada pelo PS com o apoio de toda a esquerda parlamentar e, nestes seis meses de um novo ciclo, o governo atual respeitou direitos e repôs os rendimentos das pessoas e famílias, cumpriu critérios elementares de justiça e estimulou a economia, através do aumento da procura interna. -----

Esta política de esquerda traduziu-se, para já, na reposição dos rendimentos na administração pública, no descongelamento do aumento anual das pensões em vigor desde 2010, na reposição da parte do complemento solidário para idosos, no aumento do salário mínimo, na reversão de algumas privatizações de empresas públicas, entre muitas outras medidas mais ou menos importantes. ---

**Não é coisa pouca!** Mas convenhamos, que os problemas da sociedade portuguesa exigem, além de políticas conjunturais como as aplicadas nestes seis meses, políticas e respostas estruturais. -----

E traçar políticas e respostas estruturais exige, antes de mais, perceber as profundas modificações objetivas e subjetivas ocorridas na sociedade contemporânea nos últimos 30 anos. **E Que mudanças foram essas?** Mudanças nas relações económicas, sociais, políticas e culturais do sistema capitalista. Mudanças essas, comandadas pelas tecnologias de informação, pela biotecnologia, pela engenharia genética e pela microeletrónica, que alteraram radicalmente a base produtiva do capitalismo, um fenómeno aliás semelhante ao que se tinha verificado nas duas últimas revoluções industriais. Só dois



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANA  
B  
K

exemplos para ilustrar esta ideia: Hoje produz-se frangos de corte em 40 dias, quando no passado se levava cerca de seis meses para que uma ave estivesse pronta para o abate. -----

A redução do tempo de abate do gado, por exemplo, foi diminuído de 4 para cerca de 2 anos. -----

Estas modificações são, na verdade, responsáveis por consequências económicas e sociais contraditórias no funcionamento do sistema. Se por um lado elas permitiram quadruplicar e quintuplicar a produção nas últimas cinco décadas, por outro assistimos a um aumento substancial e estrutural do Exército Industria de Reserva, ou seja do desemprego. -----

Neste contexto, o excesso de produção sem a procura que o acompanhe devido ao desemprego e aos baixos salários produz uma mistura explosiva que ameaça a base económica das sociedades atuais e encurta os ciclos de crise económica.

Do ponto de vista político e económico assistimos, a partir da década de 70, à interrupção do ciclo de crescimento económico iniciado após a 2ª Guerra Mundial e, em simultâneo, à alteração da correlação de forças, agora desfavorável ao trabalho. -----

A eleição de Thatcher e de Reagan foi decisiva para derrotar o pacto social-democrata do Estado de Bem Estar Social, que durante os 30 anos de ouro da economia mundial se traduziu no aumento de salários, no melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e na construção ou fortalecimento do Estado Social. -----

Estas duas alterações ou mudanças quer na base económica dos países quer na política neoliberal que a comandou e tem comandado desde a década de 70 aprofundou as desigualdades sociais e criou sérias dificuldades à organização



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
S

dos trabalhadores. Neste contexto nem é preciso falar no aumento da abstenção, na dessindicalização, no ataque à contratação coletiva e muito menos na concentração da riqueza no 1% mais rico da sociedade que possui um rendimento superior aos 99% ou nos 62 multimilionários que possuem mais riqueza e rendimento que a metade mais pobre da população mundial. -----

Senhoras e senhores deputados, a propósito das desigualdades, vejam só este exemplo: em 2015 os Estados da UE sujeitos a processos de reajustamento e austeridade receberam de ajuda da UE 133 mil milhões de euros, mas pagaram de juros aos credores 182 mil milhões de euros. Uma ajuda que favoreceu os credores em 49 mil milhões de euros só num ano. -----

Perante o que foi anteriormente dito, estamos confrontados com 3 graves problemas estruturais cuja solução é fundamental para que Portugal possa crescer e desenvolver-se com mais justiça social. -----

**E que problemas são esses?** -----

A alteração da correlação de forças hoje desfavorável ao trabalho é um elemento central na viragem do atual ciclo político e um fator determinante nos desafios do milénio. -----

A constituição deste governo já é um primeiro passo, mesmo que a chamada gerigonça possa vir, no futuro, a ter desentendimentos conjunturais ou estruturais. Mas o fortalecimento do movimento sindical não é menos importante. -----

A aposta numa base produtiva moderna com mais investimento na inovação, na criatividade, na criação de emprego qualificado é fundamental para a modernidade de Portugal. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
S

Por outro lado, devemos equacionar o problema da sustentabilidade da dívida pública e privada, enfrentando o problema com seriedade, mas sem esquecer um problema prévio, o das desigualdades na distribuição da riqueza e rendimentos. -----

Quando num país como Portugal 10% dos portugueses concentram 59% da riqueza produzida no país, estamos perante um grave problema de desigualdade social. -----

Tão ou mais importante do que renegociar o problema da dívida é combater o problema estrutural das desigualdades, uma vez que é responsável por uma transferência de riqueza do trabalho para o capital muito superior à que é feita por via dos encargos com a dívida pública. -----

No combate às desigualdades há ainda que equacionar a existência de um sistema fiscal mais progressivo, para redistribuir mais justamente os rendimentos e a riqueza, além de um combate sem tréguas à evasão e fraude fiscal. -----

Perante o dilema do agravamento do fosso entre pobres e ricos não nos podemos resignar à máxima maquiavélica de que “as coisas são como são e não como gostaríamos que fossem” nem ao pragmatismo sem princípios de Deng Xiau Ping de que “não interessa a cor do gato desde que ele case o rato”. -----

Ou seja, não estamos condenados a submetermo-nos ao neo-liberalismo, nem a vermos encher e rebentar bolhas financeiras e imobiliárias, nem os mais jovens estão condenados ao desemprego e aos biscates. -----

A emergência de um novo modelo económico favorável à maioria da população deve unir mais as esquerdas para enfrentar desafios mais complexos e estruturais já focados nesta intervenção e que são fundamentais para romper



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA  
B  
H

com as políticas neo-liberais e construir uma correlação de forças mais favorável ao trabalho. -----

Um velho ditado chinês ensina que **“só o pé sabe avaliar se o sapato é confortável ou não”**. Neste caso, só o povo sabe avaliar se esta política vai ou não ao encontro das suas necessidades e expectativas. Estamos em crer, que a resposta será **SIM!**” -----

O senhor **Deputado Municipal – José Ferra** (CDU) no uso da palavra, questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal e disse: “Nesta altura que antecede as festas do Montijo, na Rua Joaquim de Almeida, ocorrem diversos trabalhos de construção de burladeros e trincheiras. Em reuniões que tem havido com a comissão de festas, tenho referido o mesmo problema, que aquela rua devia ser condicionada ao trânsito, por motivos de segurança, há dois dias seguidos que tem havido incidentes, o Serviço Municipal de Proteção Civil tem que fazer alguma coisa. -----

Outra questão, tem a ver com o monumento dos Combatentes do Ultramar, foi inaugurado, mas agora encontra-se abandonado e às escuras, gostava de saber por parte do senhor Presidente qual é a previsão? Será que para as festas o monumento já tem luz? -----

Na Avenida Maestro Jorge Peixinho, está a ser construída uma passadeira elevada, acho que é uma boa solução e evita a aceleração por parte dos automobilistas. Já agora reforçava mais uma vez, para que fosse aberto a interseção para virar para a Rua da Aldeia Velha.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
B  
H

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PSD)** no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, que se passa a transcrever: -----

“Esclarecimento sobre os 6 regulamentos recentemente reprovados em Reunião de Câmara. -----

A saber; a nossa posição e no espírito do legalmente disposto é a seguinte: -

1. A legislação determina que haja uma deliberação prévia do órgão CMM para abertura de procedimento sempre que se esteja a tratar de um regulamento (de acordo com o novo CPA). Esse processo cumpre-se através de uma deliberação da CMM (votada) e publicação de um Edital. -----

O Novo CPA Lei4/2015 refere no preâmbulo: -----

"13? No título II desta parte III contém-se a regulação específica do procedimento dos regulamentos. E também nesta matéria se inova bastante. Merecem especial referência os novos requisitos da publicitação do procedimento do regulamento (artigo 98.º). E é totalmente inovador o artigo 99.º, ao impor que, da nota justificativa do projeto de regulamento, conste uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas." --

2. Além do mais o Estatuto de Direito da Oposição determina: -----

"Artigo 4.º Direito à informação 1 - Os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade. -----

2 - As informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativos dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA  
P  
H

Artigo 6.º Direito de participação Os partidos políticos da oposição têm o direito de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais e legais sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem.” -----

3. Acresce que reconhecemos a relevância da revisão destes regulamentos, que reclamámos há vários anos, mas não podemos votar os regulamentos que o Sr. Presidente e o PS não discutiram connosco, que nos tentam impor, e sem estarem acompanhados dos necessários estudos de ponderação de custos e benefícios. -----

4. Por muito que hajam taxas que aparentemente diminuem, existem outras taxas novas, como a Taxa de Protecção Civil, que se assume como um complemento do IMI, com valores muito relevantes e cuja incidência não se conhece ao nível do agravamento para as famílias e empresas. -----

5. O PSD votou contra o que foi desenvolvido às escondidas e sem qualquer discussão ou contraditório com os restantes membros eleitos nos órgãos municipais. -----

6. Ao não cumprir com o que exige a lei e também porque entendeu avançar sem qualquer contacto com a oposição, o Sr. Presidente afirmou uma vez mais ser um verdadeiro Autista Político à margem da Democracia da Liberdade e do Estado de Direito. -----

O Senhor Presidente Nuno Canta continua a fazer tudo de maneira aligeirada e a seu belo prazer acusando depois a oposição de lhe reprovar os ditos regulamentos. Continua assim a enganar os Montijenses com as suas divagações. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
✓  
H

A politica do “faz de conta, do coitadinho e da contradição” continua a ser a marca do seu mandato. -----

Não Senhor Presidente, não vamos nisso, o Montijo necessita que assuma as suas responsabilidades e que deixe de se vitimizar, já é recorrente e fic-lhe mal eticamente.” -----

Ainda no uso da palavra, o senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues** (PSD), solicitou os seguintes esclarecimentos: -----

“Em primeiro lugar quero dar os parabéns, pelo trabalho que o senhor Presidente tem feito na preparação das festas e na tentativa de remediar o estado em que se encontra a nossa cidade, está realmente a fazer um esforço e vê-se algumas melhorias. -----

Relativamente à pintura no armazém junto à estação dos autocarros, até acho a ideia interessante, paredes velhas do Montijo, serem reparadas e pintadas. Mas tenho uma dúvida e gostava que o senhor Presidente da Câmara me esclarecesse e respondesse concretamente. De quem é o armazém? Quanto custou fazer aquela pintura? Por quanto tempo é que o proprietário está obrigado a que a pintura lá permaneça? Existe algum contrato ou protocolo, qualquer coisa que regule? Qual foi o critério que levou a que fosse aquela parede a escolhida? Estas minhas dúvidas têm a ver com uma razão muito simples, será que o município não tem propriedades cujas paredes precisem de ser beneficiadas, onde esses trabalhos possam ser executados? Como por exemplo o antigo Cais dos Vapores, este, não seria merecedor de uma intervenção parecida? Não seria um objetivo mais conseguido da parte da Câmara Municipal?” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
S

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e em resposta às questões suscitadas, disse: -----

“Quanto à questão do senhor Deputado Cipriano Pisco, sobre as hortas comunitárias, que nós designámos como hortas urbanas, as mesmas estão instaladas na Quinta do Saldanha, num espaço que já estava dedicado a uma horta, portanto, quando foi elaborado o projeto da Quinta do Saldanha, desenhou-se logo através desse projeto, a possibilidade de existir uma horta e também de preservar um pomar que ali existia de laranjeiras. Durante um tempo essa horta não foi utilizada, mais tarde foi utilizada por alunos de algumas escolas e posteriormente pela Universidade Sénior. Nesse sentido, nos últimos anos começamos a trabalhar num regulamento de hortas urbanas e que ainda não foi finalizado, mas o que acontece, é que nós fomos contactados por alguns munícipes que tinham grande interesse em iniciar ali uma produção de alimentos, para consumo próprio e nesse sentido, desenvolvemos um protocolo, por um ano, renovável, com os munícipes que são moradores na Quinta do Saldanha e que neste momento já estão a produzir. A seu tempo teremos o regulamento finalizado, a fim de poder ter outros espaços, já existem algumas ideias, nomeadamente um espaço que também é na Quinta do Saldanha, onde existia as roseiras, também é um espaço que pode vir a ser aproveitado. Neste momento vamos esperar que o regulamento fique concluído, depois qualquer munícipe se pode candidatar. -----

Quanto à questão do senhor Deputado Avelino Antunes, que diz que foram publicadas nas redes sociais, descargas para o rio. Desconheço essa situação, não chegou nenhuma informação aos nossos serviços, mas, com certeza que vou aprofundar essa questão e posteriormente transmitirei. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANA  
[Handwritten signature]

Quanto à deputada Ana Filipa Mota, sobre as negociações com a ANA aeroportos, não tenho muito a acrescentar, tenho sempre vindo ao longo dos tempos a esclarecer. Eu reuni com o senhor Ministro, sobre a necessidade do aeroporto para a nossa cidade. As negociações continuam na mesma fase, isto é, a aceitação por parte da ANA aeroportos, também nunca sentimos qualquer objeção aos investimentos por parte da ANA aeroportos, que a Câmara Municipal exige para o acolhimento e para a compatibilização do aeroporto na BA6. Estamos à espera de mais desenvolvimentos. -----

Quanto à questão do deputado José Ferra, sobre a Rua Joaquim de Almeida, é sempre difícil limitar totalmente o trânsito, existem munícipes, que não acolhem muito bem a mudança do trânsito para as festas, mas, vamos considerar essa rua e ver o impacto, ou, talvez fazer um único sentido, para que permita mais segurança. Já agora referir que esta situação/alteração não é da competência do serviço Municipal de Proteção Civil, mas sim, com a divisão de trânsito. -----

Quanto à falta de luz no monumento dos Combatentes do Ultramar, a iluminação esteve pronta inicialmente, mas existem umas questões a definir com a EDP, esta, leva sempre imenso tempo a ligar as luzes, mas, estamos a fazer um esforço para que esteja tudo pronto para as festas. -----

Quanto à passadeira elevada na Avenida Maestro Jorge Peixinho, é muito importante a sua execução, pois é uma medida de segurança para todos os peões. -----

Quanto à questão do deputado Alfredo Rodrigues, relativamente à arte pública, nós fizemos um concurso, que foi baseado numa parceria com a Galeria de Arte Urbana de Lisboa, deu origem a 28 candidatos, o objetivo da peça da arte



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures in blue ink, including a large 'M' and other illegible marks.

urbana era simbolizar o “Montijo, capital da flor” e o artista que ganhou, está a desenvolver essa pintura. O armazém é privado, fizemos um protocolo com o proprietário, tentámos outros locais, mas no centro da cidade, com este impacto, não foi possível estabelecer essa parceria. Para dar conhecimento, por exemplo tentámos o edifício do Gabriel do Carmo e ao mesmo tempo melhorávamos o centro da cidade e não foi possível, todos eles privados. A partir daqui poderemos desenvolver outros projetos, eventualmente, com outros temas e até em bairros sociais. Quanto ao antigo Cais dos Vapores, é uma possibilidade, sendo certo que também temos que fazer uma parceria com a APL – Administração do Porto de Lisboa. Quanto à duração da pintura, é até que dure. Quanto ao custo, não lhe sei dizer o valor exato, poderemos fazer chegar essa informação através da Assembleia municipal.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Isabel Travessa (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Moção**, intitulada “**Em defesa de um sistema de transportes públicos para toda a população**”, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O Montijo foi um dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML) que delegou as suas competências, enquanto autoridade de transportes competente para os serviços públicos de transportes de passageiros municipais no respetivo território, nesta entidade supramunicipal. -----

Esta delegação resultou de um protocolo de delegação de competências – dos 18 municípios, só Cascais votou contra - aprovado no Conselho Metropolitano de Lisboa, no âmbito do novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros - Lei nº 52/2015 de 9 de junho – e da Lei nº 75/2013 de 12 de



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AVA  
B  
M

setembro, com as alterações da Lei 25/2015 de 30 de março. Esta delegação foi validada pela Assembleia Municipal do Montijo, na sua reunião de 2 de maio de 2016. -----

O Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros veio extinguir a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, passando a AML a ser a entidade competente “quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais”. Com a delegação agora concretizada pelas Autarquias, a AML passa a ter, nomeadamente, competências para “autorizar a manutenção de alvarás/licenças” para as várias carreiras e operadores, assim como para verificar o cumprimento do serviço público e aprovar o ajustamento das condições de exploração em função da procura. -----

Estas competências da AML incidem sobre todos os operadores externos - ficam de fora os operadores internos, ou seja, os detidos pelo Estado – que prestam serviços públicos de transporte nos municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Lisboa, Loures, Amadora, Sintra, Odivelas, Oeiras, Mafra e Vila Franca de Xira. -----

O protocolo de delegação de competências à AML destaca que o objetivo é: -----

- Aproximar as decisões aos cidadãos; -----
- Promover a coesão territorial; -----
- Reforçar a solidariedade intermunicipal; -----
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados às populações; -----
- Racionalizar os modos e os meios dos recursos disponíveis; -----
- Garantir uma gestão eficiente, eficaz, sustentável e socialmente útil nas diversas linhas do serviço público de transportes de passageiros; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
P  
S

- Garantir universalidade e qualidade do serviço público, através da articulação intermodal e interterritorial; -----

Independentemente das eventuais imperfeições ou alterações que têm vindo a ser defendidas, e das opções do novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, este constituiu, efetivamente, a primeira grande transferência de competências, em matéria de transportes, da administração central para as áreas metropolitanas e para os municípios. -----

Importa agora garantir que seja efetivamente criado um verdadeiro sistema público de transportes sustentado, intermodal, interterritorial e integrado, eficaz. Que disponibilize um serviço de qualidade, a preços acessíveis, às populações da área metropolitana de Lisboa, onde se inclui o Montijo. O concelho tem atualmente uma oferta de serviços públicos de transportes rodoviários prestados por um operador privado, a TST – Transportes a Sul do Tejo, e de serviços fluviais, prestados pela estatal Transtejo, na ligação a Lisboa. Assim, considerando a situação atual da oferta pública de transportes na área metropolitana de Lisboa, que está claramente desarticulada e desajustada das necessidades dos utilizadores; -----

Considerando que essa oferta tem vindo a registar nos últimos anos decréscimos significativos na oferta de carreiras, com frotas cada vez mais envelhecidas, com uma qualidade de prestação de serviços cada vez mais fraca, enquanto os preços subiram consideravelmente, tendo em conta o poder de compra; -----

Considerando os objetivos preconizados no protocolo; -----

A Assembleia Municipal do Montijo, reunida a 17 de junho de 2016, delibera: ---



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
H

- Afirmar a necessidade imperativa de se definir uma estratégia global, de médio e longo-prazo, com visão de futuro, para o sistema de transportes públicos da área metropolitana de Lisboa; -----
- Garantir uma oferta de serviços integrada, intermodal e de qualidade, que responda às efetivas necessidades de mobilidade das populações de todos os municípios e dos seus concelhos, sem exceções; -----
- Afirmar a necessidade de criação de uma oferta credível, de qualidade e a preços acessíveis, que privilegie efetivamente a utilização da rede de transportes públicos, em detrimento do transporte individual, com todas as vantagens para a preservação do ambiente e a sustentabilidade do serviço público de transportes; -----
- Garantir a coexistência de uma oferta de serviços prestados por entidades privadas e públicas, em cooperação e colaboração, nas mesmas condições; -----
- Definir metas e objetivos claros para os prestadores detidos pelo Estado, sendo os seus líderes responsabilizados pelo seu cumprimento, tendo em conta que gerem um ativo público; -----
- Garantir os necessários financiamentos públicos para o sistema de transportes, se a bilhética não for suficiente para a sustentabilidade, através da definição de uma política tarifária e de eventuais compensações do Estado que sejam equilibradas e razoáveis; -----
- Garantir uma participação efetiva de todos os municípios e das suas populações na definição e no acompanhamento da gestão do sistema de transportes públicos da área metropolitana de Lisboa." -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA  
le  
R

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Saragaço** (CDU), no uso da palavra, disse: “Quero realçar que nesta altura das festas populares, todos os anos, a Câmara procede à plantação de novas plantas nos jardins do centro da cidade, mas, depois das festas os mesmos ficam que é uma miséria. A Avenida dos Pescadores fica toda bonita antes das festas, mas, se continuarmos em direção ao Cais do Seixalinho, parece que não estamos na mesma cidade. A estrada do Seixalinho está uma vergonha. Quanto à Avenida Maestro Jorge Peixinho, o Pingo Doce foi ali construído, ficou bonito, mas, esqueceram-se da zona envolvente ao estádio municipal, todas as semanas aquele estádio traz imensas pessoas ao Montijo, o estacionamento do estádio é uma desgraça, poder-se-ia ter aproveitado as obras da zona envolvente do Pingo Doce e ter negociado e ter tirado mais benefícios.” -----

O senhor **Deputado Municipal – João Figueiredo** (PSD), no uso da palavra, apresentou a seguinte questão: “Na reunião de câmara de 20 de janeiro de 2016, o senhor Presidente disse com bastante entusiasmo e que se veio a refletir em diversos órgãos da comunicação social, anunciava a reabertura de portas do centro de saúde de Santo Isidro de Pegões, onde dizia e cito: -----

*“Senhoras e Senhores Vereadores, Hoje, reabriu portas a Extensão do Centro de saúde de Santo Isidro de Pegões, garantindo o acesso das populações de Pegões aos cuidados primários de saúde. -----*

*A reabertura da extensão de saúde, fruto do empenho da Câmara Municipal do Montijo e do Governo, traduz uma melhoria do serviço público em Pegões, a dignificação dos utentes e da cidadania. -----*

*O acesso aos cuidados de saúde, que são hoje condição de progresso e*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
S

*desenvolvimento, está garantido e está também reposto um desequilíbrio manifestamente injusto. -----*

*A Extensão do Centro de Saúde de Santo Isidro de Pegões foi teimosamente encerrada, durante o mês de outubro de 2015, por decisão do anterior Governo do PSD e do CDS-PP, através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e do Agrupamento de Centros de Saúde do Arco Ribeirinho, contra os interesses das populações e do Montijo. O PSD demonstrou em todo este processo uma visão estreita, fundada em falsos argumentos financeiros, e num corte cego nos serviços públicos de proximidade, deixando as populações do interior desprotegidas. O PSD mostrou uma obsessão pela austeridade e uma indiferença pelas pessoas. -----*

*Opusemo-nos desde o primeiro momento a uma decisão contra as populações. Na audiência solicitada ao Senhor Ministro da Saúde manifestamos a nossa total oposição ao encerramento da unidade de saúde de Pegões Velhos. O Governo mostrou interesse pelo problema e, em cooperação com a Câmara Municipal do Montijo e a União das Freguesias de Pegões, conseguiu reabrir este serviço de saúde de proximidade. -----*

*Quero manifestar o nosso reconhecimento público, em nome do povo do Montijo, ao Senhor Ministro da Saúde, e testemunhar o seu empenho na resolução deste problema. -----*

*As políticas sociais de proximidade, como o acesso universal à saúde, a par do acesso à educação, do acesso à água potável e do saneamento básico, da proteção do ambiente, são desafios das sociedades contemporâneas que permitem traduzir os direitos humanos mais básicos em realizações concretas que devem ir ao encontro das necessidades das pessoas. -----*

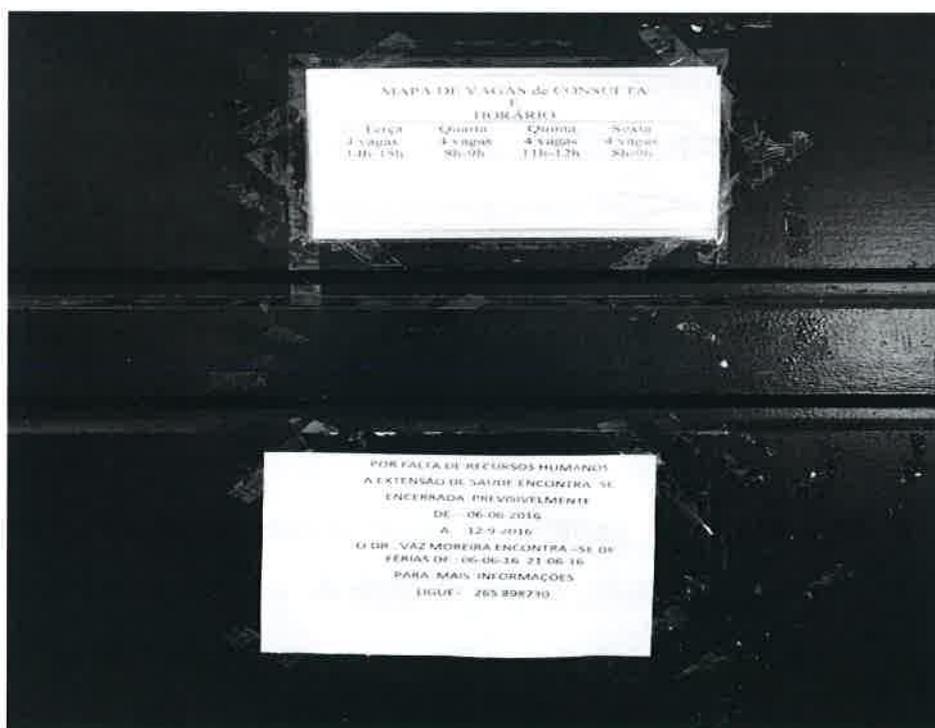


MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
H

*Alcançá-los é não apenas uma obrigação moral, mas também uma prioridade na nossa ação política para garantir um concelho mais solidário, mais justo e mais coeso para todos os montijenses.” -----*

Acontece que, infelizmente, na porta do centro de saúde de Santo Isidro de Pegões, está a seguinte informação “A extensão de saúde encontra-se encerrada, previsivelmente de 6 de junho a 12 de setembro”. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA  
E  
H

Senhor Presidente, isto passou-se há menos de seis meses da anunciada reabertura, obra sua e do seu governo, infelizmente para os munícipes foi “sol de pouca dura” visto já estar encerrado. Há aqui um aproveitamento de várias declarações políticas, que depois ao fim de uns meses vêm-se a revelar, que não passa de politiquices do pior que a política tem e que não serve os interesses da população. Nós, no PSD, na altura não ficámos satisfeitos com os seus esclarecimentos e resolvemos inclusivamente perguntar, e, os deputados do PSD da Assembleia da República perguntaram ao senhor Ministro da Saúde, mais informações do que se passou, com o centro de saúde de Santo Isidro de Pegões, e a resposta enviada pelo senhor Ministro da Saúde aos deputados do PSD da Assembleia da República, foi que “... o diretor da Administração Regional de Saúde, teria comunicado na altura ao Presidente da União de Freguesias Pegões/Santo Isidro de Pegões, que a extensão de saúde de Pegões teria dificuldades em reabrir proximamente, dada a ausência de profissionais de saúde, por motivos de doença...” -----

Depois, senhor Presidente, também existe um cálculo interessante para se encerrar uma unidade de saúde que curiosamente a Administração Regional de Saúde, ou seja, a mesma entende que 48,1% dos utentes deste centro de saúde são originários da freguesia de Pegões, isto já é um motivo por si só, para poder acabar, não é suficiente para existir uma extensão de saúde em Santo Isidro. ----

Por último, cito “... *nesta fase, a concentração de profissionais e atividades na unidade de Pegões poderia permitir melhorar a capacidade de resposta de cuidados de saúde à população, o que se revia de extrema importância num contexto de carências de recursos humanos, ... as instalações de Santo Isidro terão de ser intervencionadas para garantir a segurança dos utentes e dos*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
P  
H

*profissionais, ... devido às diligências do senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, junto do senhor Ministro da Saúde a unidade de Santo Isidro, foi reaberta a 20 de janeiro.* -----

Senhor Presidente, a unidade foi reaberta a 20 de janeiro, mas menos de seis meses, ela está fechada, com estas justificações do senhor Ministro da Saúde, do seu governo, porque é que a unidade foi fechada? Porque os 48,1% dos utentes de Santo Isidro não é suficiente? Porque a concentração em Pegões de ambos os profissionais, claramente tem questões de poupança? E por último, existem obras a serem intervencionadas? Afinal senhor Presidente, que obras são essas, que vão acontecer na extensão de saúde de Santo Isidro e que motivam o encerramento? E que colaboração é esta, que o seu governo está a providenciar aos utentes/municípes de Santo Isidro, que neste momento não têm acesso aos cuidados primários de saúde?" -----

O senhor **Deputado Municipal – Pedro Carromeu (PS)**, no uso da palavra, leu uma Declaração Política, intitulada **Financiamento Comunitário – QREN**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e senhores vereadores, Senhoras e senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores; -----

O grupo municipal do Partido Socialista congratula-se e felicita o executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, pelo trabalho desenvolvido com vista à obtenção de cofinanciamento comunitário para três projetos que se encontravam em fase de execução: “Reabilitação do Mercado Municipal do Montijo”, “Requalificação da Rua Miguel Pais - Passeio do Cais dos



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
✓  
A

Vapores” e o Projeto de “Adaptação de edifício devoluto para Jardim de Infância no Alto Estanqueiro/Jardia”. -----

O primeiro sinal de que seria possível aceder a financiamento foi dado, em Dezembro de 2014 pela abertura de avisos para apresentação de candidaturas em regime de aprovação condicionada (overbooking), aos programas de “Reabilitação Urbana” e de “Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar”. Os três projetos anteriormente referidos foram admitidos e aprovados pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Região de Lisboa (POR Lisboa), embora condicionados ao pagamento do saldo por parte da Comissão Europeia. -----

Apesar da descrença de alguns atores políticos com responsabilidades ao nível da oposição, e das suas dúvidas na real capacidade de a Câmara ver contempladas com financiamento as candidaturas. Há a registar que no passado dia 22 de Abril, a Câmara Municipal assinou os contratos de financiamento efetivo referentes às obras de reabilitação do Mercado Municipal e de requalificação da Rua Miguel Pais - Passeio do Cais dos Vapores. -----

Agora, em 13 de Maio, na segunda fase de pagamentos a apurar no decurso da fase de encerramento do programa operacional, a Comissão diretiva do POR Lisboa deliberou considerar efetivo o financiamento referente à operação: “Adaptação de Edifício Devoluto para Jardim de Infância no Alto Estanqueiro/Jardia”. A Câmara Municipal assinou a adenda ao contrato referente a esta operação no passado dia 18 de Maio. -----

Deste modo, a autarquia vai receber um encaixe financeiro de 684.315,90 euros de fundos comunitários, distribuídos da seguinte forma pelos três projetos em questão: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA  
E  
H

“Reabilitação do Mercado Municipal do Montijo” - financiado em 443.300,41 euros; -----

“Requalificação da Rua Miguel Pais - Passeio do Cais dos Vapores” - financiado em 56.535,99 euros; -----

“Adaptação de edifício devoluto para Jardim de Infância no Alto Estanqueiro/Jardia” - financiado em 184.479,49 euros. -----

Assim, as três candidaturas submetidas no final de 2014 pela Câmara Municipal de Montijo ao POR Lisboa em regime de overbooking foram objeto de financiamento efetivo, correspondendo a um investimento total de 1.052.957,00 euros e a um cofinanciamento de 65% do Fundo Estratégico de Desenvolvimento Regional (FEDER) de 684.315,90 euros como já referido previamente. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista saúda mais uma vez o executivo municipal por estes resultados, sendo esta não uma vitória isolada da Câmara Municipal, mas sim um triunfo para a população e para o desenvolvimento do Concelho de Montijo.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Mário Baliza** (CDU), no uso da palavra, em nome da bancada da CDU, leu um **VOTO DE PROTESTO**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Considerando que o Presidente da Câmara Municipal de Montijo engana a população na sua inaceitável tentativa recorrente de vitimização. -----

Considerando que foi assim, entre outros, nos processos das rendas do mercado municipal, dos orçamentos municipais, da Revisão do Plano Diretor Municipal e, ainda mais recentemente, sobre seis propostas: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA  
Res  
4

- Alteração ao regulamento de cobranças e tabela de taxas; -----
- Alteração ao regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços; -----
- Alteração ao regulamento de atividades diversas; -----
- Regulamento dos mercados municipais; -----
- Alteração ao regulamento de ocupação do espaço público; -----
- Regulamento de feiras e venda ambulante. -----

Ao não aceitar a retirada dessas seis propostas da ordem de trabalhos da sessão de Câmara, de modo a poder permitir que os Vereadores da oposição da CDU e do PSD tivessem tempo mínimo necessário para estudo e análise das referidas propostas. -----

É aberrante e inaceitável que, propostas com centenas e centenas de páginas, elaboradas durante um ano, por uma comissão interna da Câmara Municipal, acompanhadas de um estudo económico e social elaborado por uma entidade externa, pretenda o Presidente da Câmara que, apenas em três dias, os Vereadores da oposição – CDU e PSD, se pronunciassem e votassem sobre as mencionadas propostas. -----

O Presidente rasgou a prática política existente sobre esta matéria, de auscultação prévia aos Vereadores da oposição, antes da formulação final das propostas. -----

Tudo isto na sua tentativa de vitimização, bem patente na sua afirmação “*Não retiro as propostas! Votem contra para que possa informar a população!*”. -----

Para além disto tudo, é imperioso o cumprimento deste processo nos termos do novo Código do Procedimento Administrativo, o que não era o caso. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA  
B  
H

Esta sua prática política antidemocrática e enganadora, para além de por em causa o normal exercício político do cargo de Presidente de Câmara tem consequências lesivas no regular e desejável funcionamento colegial e democrático da Câmara Municipal, com reflexos negativos para o desenvolvimento económico e social do concelho. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Montijo, órgão deliberativo e fiscalizador da Câmara Municipal, reunido em 17 de junho de 2016, delibera: -----

Face a estas atitudes e práticas políticas do Presidente da Câmara Municipal, manifesta o seu mais profundo protesto em nome dos superiores interesses do concelho e exige que seja posto fim a estas atitudes e práticas antidemocráticas do Presidente da Câmara Municipal de Montijo, que em nada beneficiam, mas antes pelo contrário prejudica uma desejável gestão autárquica.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Cordeiro** (PSD), no uso da palavra, disse: “Gostaria de deixar uma sugestão sobre o horário para a Biblioteca Municipal. Foi pedido um horário especial para os alunos do secundário e para os universitários, extra horas, e que sei que está a decorrer das 9 horas às 21 horas, começou no dia 6 de junho e vai até 22 de junho. A bancada do PSD agradece este pedido, mas muitos jovens acham-no um período pequeno e queria pedir ao senhor Presidente e ao senhor Vereador da Juventude, que o horário que está a decorrer, pudesse continuar para o mês de julho e sugeríamos também que no próximo ano letivo, fosse criado o mesmo horário nos meses de janeiro a fevereiro para o ensino superior e de maio a julho para apanhar a época especial do ensino secundário e do ensino superior.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
E  
H

A senhora **Deputada Municipal – Ana Catarina Jimenez (CDU- PEV)**, no uso da palavra, leu uma **MOÇÃO**, intitulada **PELO DIREITO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE MONTIJO À MOBILIDADE E AO TRANSPORTE PÚBLICO**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Em Portugal, como resultado da Revolução de Abril, foi criado o Passe Social Intermodal, uma das muitas medidas de enorme alcance social que foram tomadas visando o bem-estar das populações. -----

Apesar dos desvirtuamentos, do aumento desproporcional do seu custo face ao Salário Mínimo Nacional e de uma expansão urbana que não foi acompanhada pela adequação quer da rede de transportes, quer da cobertura do passe social, este tem sido um elemento importante na promoção da mobilidade alargada e também na contenção dos preços dos transportes na AML. -----

O sistema de bilhética da Área Metropolitana de Lisboa (AML) é hoje extremamente complexo, fruto de uma política que apostou na multiplicação de títulos (há de 2000 tipos de bilhetes e passes na AML) ao mesmo tempo que reduziu a oferta - horários e percursos - como condição para a contenção de preços em vez de privilegiar a intermodalidade e a atratividade do sistema. -----

O enfraquecimento do passe social intermodal e da oferta dos transportes públicos é lesivo das populações e dos interesses nacionais e concelhios. -----

Uma oferta cara, deficitária e dominada pelos operadores privados (na maioria das vezes diminuta e a preços elevadíssimos) é estímulo ao transporte individual (com todas as consequências daqui decorrentes) e constitui, por outro lado, um fator de exclusão social de largas camadas da população que não podem recorrer ao transporte individual (idosos, trabalhadores precários, desempregados, crianças e jovens, etc). -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
P  
H

Os custos para os utentes com os transportes públicos são demasiado elevados, e sofrem um agravamento brutal nos últimos anos. -----

Para termos uma ideia, são mais caros na Área Metropolitana de Lisboa do que na de Berlim, apesar dos salários na Alemanha serem três vezes mais elevados que em Portugal. -----

Como se esta situação não fosse já bastante grave, acresce ainda o facto de cerca de vinte e nove mil utentes do concelho de Montijo, 57% da população (dados do estudo efetuado pela AML com base em dados do INE), não serem cobertos pelas coroas do passe social intermodal mesmo como este se constitui atualmente. -----

Acresce a esta grave situação o facto de a ligação a Lisboa por via-férrea efetuada pela Fertagus não se encontrar abrangida pelo passe social intermodal. -----

O aumento do número de utentes deve ser a verdadeira razão de qualquer política de transportes. -----

É preciso pois garantir um aumento direto da oferta, mas também garantir que os utentes podem utilizar plenamente essa oferta, promovendo a mobilidade através do passe social intermodal e da unificação do sistema de bilhética. -----

Atualmente aumenta-se o preço e degrada-se o serviço, logo perdem-se utentes; como se perdem utentes, aumenta-se novamente o preço e reduz-se o serviço para adequar à menor procura, e assim sucessivamente. -----

É preciso reverter este ciclo recessivo e promover o crescimento. -----

Os transportes públicos têm que ser atrativos e com preços que estimulem a sua utilização em detrimento do uso do transporte individual. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA  
[Handwritten signature]

Uma das questões centrais para o desenvolvimento de um verdadeiro sistema de transportes na AML é o tarifário assente na plena intermodalidade do mesmo, integrando todos os operadores, modos de transporte e respetivos serviços no sistema. -----

A existência de um mesmo passe social intermodal ou mesmo um bilhete que permita circular por toda a AML, permite adequar a rede de transportes públicos à realidade urbana atual, promovendo a atratividade dos transportes públicos e o crescimento dos utentes, com ganhos evidentes para os próprios e para a sociedade. -----

Vários cálculos permitem demonstrar que essa opção fica mais barata também ao próprio Estado, pois o que se perde em receita para as empresas (ao reduzir os preços dos transportes públicos) compensa-se com o aumento do número de utentes, com a redução de importações de combustível e de automóveis, com a melhoria do ambiente e do ordenamento, com a redução dos custos com a saúde pública. -----

Assim, considerando a necessidade da promoção do transporte público de que o Passe Social Intermodal para toda a Área Metropolitana de Lisboa, que junte todos os operadores e todas as carreiras e assegure a plena cobertura do concelho, é um fator indispensável. -----

Os eleitos da Assembleia Municipal de Montijo, reunida aos 17 dias do mês de junho de 2016, deliberam: -----

- a) Recomendar à Câmara Municipal que promova o debate e a iniciativa pública relativa a esta temática no Concelho. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA  
Re  
S

- b) Afirmam o seu interesse e disponibilidade para aprofundar o tema da melhoria da rede e oferta de transportes públicos no concelho de Montijo. -----
- c) Condenam as enúmeras falhas dos operadores no cumprimento do serviço programado pelas diversas empresas, e consideram-nas como mais um violento e inadmissível corte nos transportes públicos, uma prática que constitui um ataque encapotado ao direito das populações à mobilidade.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Sérgio Vasco (PSD)**, no uso da palavra, disse:  
“Senhora Presidente, senhor Presidente, Exmos. Vereadores, Exmos. Deputados e Caríssimo Público. -----

Senhor Presidente, -----

No passado dia 2 do presente mês, o senhor recebeu uma carta da Santa casa da Misericórdia de Canha questionando a Câmara Municipal do Montijo, pela atribuição, por unanimidade, da verba de €45.473,10 à União Mutualista Nossa Senhora da Conceição. -----

Sendo que na carta este subsídio concedido segundo a Santa Casa da Misericórdia de Canha não teve por base nenhum investimento e que vai permitir à UMNSC gerar receitas e prestar um melhor serviço. -----

E sendo referido na mesma carta que os investimentos feita em Canha pela SCM nos últimos anos, permitem à mesma dar respostas e posicionar-se como sendo o maior empregador da zona Este do Concelho. -----

Por tudo isto, a SCM de Canha questionou o senhor por não ter o mesmo critério de apoio a todas as instituições, queixando-se da falta de apoio direto e



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
R  
H

solicitando neste momento apoio pois passa por um período menos favorável. --

-O PPD/PSD não questiona a atribuição da verba acima mencionada, pois se a mesma foi atribuída é porque foi devidamente fundamentada e a mesma era necessária para a prestação de um ou mais serviços a que se destinava. -----

O PPD/PSD sabe que este investimento foi feito em equipamento. -----

Os critérios de atribuição de apoios dependem de instituição para instituição, assim como das suas necessidades. -----

O PPD/PSD ao tomar conhecimento do teor desta carta, mostra-se solidário não só com a SCM de Canha mas com todas as instituições do Concelho do Montijo que possam encontrar em situações menos favoráveis financeiramente, desde que devidamente fundamentadas, e questiona o senhor Presidente da equidade que deve ter para com todas as instituições, independente das freguesias a que pertencem, pois o concelho é só um. -----

Mais, o PPD/PSD questiona o senhor Presidente sobre as diligências que vai fazer para tentar apoiar esta instituição, que parece carecer de apoio, desde que esse apoio seja fundamentado com obras ou aquisições de equipamentos, bem como a resposta que foi dada à carta da SCM de Canha.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Nadine Balasteiro** (PSD), leu uma **DECLARAÇÃO**, intitulada **Semana da Juventude**, cujo teor abaixo se transcreve:

“No passado dia doze de maio, no âmbito da semana da Juventude, a JSD Montijo organizou uma conferência com o tema “E depois do secundário?”, sobre as opções que os jovens podem tomar sobre o seu futuro quando terminam o ensino secundário, alargando horizontes, para além do ensino



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
H

superior, como etapa sequencial. -----

A presente conferência contou com a participação de Ana Ferreira, representante da Rota Jovem, que abordou o tema do Serviço de Voluntariado Europeu, de Sónia Silva, representante da IFL – International Friendship League, que expôs aos presentes o programa AU PAIR e contou, ainda com a participação de Ruben Rodrigues, que representou e apresentou o programa GAP YEAR. Para além da apresentação dos programas acima mencionados, foi possível assistir à partilha de vivências de jovens que participaram nestes programas, demonstrando, assim, o enriquecimento que os mesmos trazem para a vida pessoal e profissional de cada um que arrisca participar num programa destes. -----

Estas iniciativas foram abordadas, como experiências únicas que podem proporcionar o desenvolvimento de competências não só práticas, como profissionais (planeamento e a organização) e interpessoais, dando valor acrescentado, para um futuro bem preparado. -----

É cada vez mais notável a importância das formações/conferências sobre como preparar melhor a nova geração de jovens, para carreiras profissionais bem-sucedidas, não só através da teoria, mas sobretudo do trabalho prático com as pessoas. -----

A JSD Montijo, aposta fortemente em atividades como esta, para orientar os jovens a serem melhores cidadãos, mais atentos à sociedade, mais atentos à sua Terra e ao que podem fazer para melhorá-la, através de experiências e conhecimentos, desenvolvidos para a cidadania.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AVA  
[Handwritten signature]

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, respondeu às questões suscitadas e disse: “quanto à questão colocada pelo deputado Francisco Saragaço, sobre a plantação de flores nas festas populares, é verdade, mas nós temos que embelezar a cidade para receber as festas e os montijenses e os turistas que nos visitam e devemos receber as festas com dignidade, pois é um momento singular e também é nesta altura que aproveitamos para trocar as flores de inverno pelas de verão. -----

Quanto à envolvente junto ao estádio municipal na Avenida Maestro Jorge Peixinho, foi na altura proposto fazer esta intervenção com o Pingo Doce, houve negociações e não foi aceite. Nós não podemos impor nada, terá que ser a Câmara Municipal a executar essa recuperação. -----

Quanto à questão do deputado João Figueiredo, alusiva à extensão do centro de saúde de Santo Isidro de Pegões, essa unidade efetivamente está encerrada por uma questão que teve a ver com uma baixa médica de uma funcionária, aliás, temos uma grande dificuldade porque o agrupamento dos centros de saúde do Arco Ribeirinho Sul, não têm ainda um responsável, para que possa tratar connosco esta questão. Todavia, estamos atentos à situação e manteremos o mesmo entusiasmo da declaração que referiu, porque queremos o centro de saúde aberto para servir a população. -----

Quanto ao cálculo matemático, já vem do passado, nós evidentemente manteremos a nossa posição e já aqui expressámos a intenção de querermos a abertura e o funcionamento do centro de saúde de Santo Isidro de Pegões. -----

Quanto ao senhor deputado Francisco Cordeiro, sobre a eventual alteração no horário da biblioteca, iremos considerar essa proposta, de uma forma ponderada, porque como sabe isso acarreta custos para a autarquia. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto à questão do deputado Sérgio Vasco, sobre a SCMC - Santa Casa da Misericórdia de Canha, parece que quer deixar a intenção de que existe alguma diferenciação no tratamento das instituições. Quero dizer que, nós tratamos todas as instituições de igual forma, o apoio que fizemos ao Montepio teve a ver com uma questão que nos foi colocada, uma situação que não existia no Montijo, que é um endoscópio e um colonoscópio. Esta ajuda foi para que a instituição funcione e consiga ter rendimento e ao mesmo tempo uma prestação de serviço que não existia a toda a população. Ainda há pouco tempo apoiamos os Bombeiros Voluntários de Canha, em diversas reparações e pinturas no quartel. Tentamos sempre dentro dos projetos que existem e desde que sejam de interesse para a população e de interesse público, a nossa política será sempre de apoiar e estar ao lado das instituições. -----

Quanto à carta, como é evidente, será avaliada, aliás, a Santa Casa da Misericórdia de Canha, neste mandato foi isenta de taxas urbanísticas para ao alargamento do espaço. Quanto às dificuldades financeiras que atravessa, é lamentável, quer a Santa Casa da Misericórdia do Canha, quer todas as instituições de solidariedade social, locais ou nacionais. Mas de certeza, que as câmaras municipais não terão condições financeiras, para apoiar todas as instituições em dificuldades.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Sérgio Vasco (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Eu não coloquei em causa o apoio que a Câmara Municipal deu à União Mutualista. O que está aqui em causa é a Santa Casa da Misericórdia de Canha e o apoio que a Câmara Municipal pode dar ou não, houve uma carta a solicitar apoio e até esta pode estar indevidamente fundamentada ou não, deverá ser



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA  
P  
S

analisada e ser feita uma reunião. A Santa Casa da Misericórdia de Canha passa por dificuldades financeiras e, solicita equidade, que também possa ser recebida e ouvida e após essa reunião decidir se pode ou não ajudar e não fechar a porta.” -----

O senhor **Deputado Municipal – José Ferra (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Em relação às respostas que o senhor Presidente da Câmara deu às minhas questões, se eu não soubesse do que estava a falar, até pensava que aquilo que o senhor Presidente disse era verdade. Eu disse que o Serviço de Proteção de Civil intervinha na questão da rua das largadas e o senhor diz que a Proteção Civil não tem nada a ver com o assunto, mas tem. Porque o plano de atuação e emergência devia ter sido elaborado e era aí que a Proteção Civil intervinha e estava a par da ocorrência, não foi elaborado e continua a não ser. ----- Quanto à questão do Monumento dos Combatentes, é igual, se eu não soubesse do que estou a falar, iria pensar que a resposta dada pelo senhor Presidente era correta. Isto não tem nada a ver com a EDP, trata-se de uma obra que foi mal feita, no que respeita à instalação elétrica e desde o primeiro dia que entrou em curto-circuito, não tem nada a ver com a EDP. ----- Perguntar ainda, ao senhor Presidente se o projeto que está a ser elaborado pela Infraestruturas de Portugal, vai envolver a Variante da Atalaia e o porquê de esse projeto estar a demorar tanto?” -----

O senhor **Deputado Municipal – João Figueiredo (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Apenas quero dar os parabéns ao senhor Presidente, porque agora sim a verdade veio ao de cima.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA  
P  
S

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, respondeu às questões suscitadas e disse: “Em relação à Santa Casa da Misericórdia de Canha, o que eu disse e repito, é que nós apoiaremos sempre os projetos das instituições de solidariedade social, que sejam evidentemente viáveis e é nesse sentido que temos apoiado dentro das possibilidades do orçamento da Câmara Municipal, mas sempre situações concretas, como foi o caso da União Mutualista ou dos Bombeiros. -----

Em relação ao senhor Deputado Ferra, discordo inteiramente do que disse. Os assuntos do trânsito não são da Proteção Civil, o que temos ali é uma questão de alterar a circulação automóvel e isso faz-se através de edital e que pode ser feito num único sentido ou só apenas para acesso aos moradores. Isto não é da competência direta da Proteção Civil. -----

Quanto à questão do monumento, é verdade o que o senhor deputado diz, mas também é verdade aquilo que eu disse, houve inicialmente alguns projetores que a água da chuva e da rega se infiltrava. Tentaremos que esta situação seja resolvida o mais rápido possível. -----

Quanto a projeto da Variante da Atalaia, não lhe sei dizer se inclui ou não, porque isso também não nos foi transmitido.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Sérgio Vasco (PSD)**, no uso da palavra disse: “O senhor Presidente disse que apoiava projetos viáveis e eu perguntei sobre as diligências que o senhor Presidente vai tomar para tentar apoiar esta instituição. Assim, não respondendo à questão direta que formalizei, parto do princípio que a Santa Casa da Misericórdia não tem um projeto viável, por isso não vai ser apoiado. Se assim não for, explique-me.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
E  
H

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra e em resposta ao senhor Deputado Municipal Sérgio Vasco, disse: “nós vamos receber a Santa Casa da Misericórdia de Canha, para tentar perceber o problema, é evidente. Como iremos receber todas as instituições que existem no nosso concelho, desde que solicitem.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que tinham para **admitir e votar**, cinco documentos (quatro Moções e um Voto de Protesto), nomeadamente: -----

**MOÇÃO** apresentada pelo PS, intitulada “**EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA**”;

**MOÇÃO** apresentada pela CDU, intitulada “**PELA ESCOLA PÚBLICA**”;

**MOÇÃO** apresentada pelo PS, intitulada “**EM DEFESA DE UM SISTEMA DE TRANSPORTES PÚBLICOS PARA TODA A POPULAÇÃO**”;

**VOTO DE PROTESTO** apresentado pela CDU;

**MOÇÃO** apresentada pela CDU, intitulada “**PELO DIREITO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE MONTIJO À MOBILIDADE E AO TRANSPORTE PÚBLICO**”.

Assim, procedeu-se à votação para **admissão** dos supracitados documentos, tendo os mesmos sido **admitidos por unanimidade**. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
[Handwritten signature]

Seguidamente, procedeu-se à **discussão** e **votação**, tendo os mesmos obtidos as seguintes deliberações: -----

**MOÇÃO** apresentada pelo PS, intitulada **“EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA”**

**VOTAÇÃO:** Aprovada por maioria, com 18 votos a favor (10 do PS, 7 da CDU e 1 do BE), 7 votos contra do PSD e 0 abstenções. -----

**MOÇÃO** apresentada pela CDU, intitulada **“PELA ESCOLA PÚBLICA”**

**VOTAÇÃO:** Aprovada por maioria, com 18 votos a favor (10 do PS, 7 da CDU e 1 do BE), 7 votos contra do PSD e 0 abstenções. -----

**MOÇÃO** apresentada pelo PS, intitulada **“EM DEFESA DE UM SISTEMA DE TRANSPORTES PÚBLICOS PARA TODA A POPULAÇÃO”**

**VOTAÇÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota** (PSD), no uso da palavra, apresentou uma **Declaração de Voto**, que a seguir se transcreve: “O sistema de transportes públicos no Montijo é de baixa qualidade, nomeadamente o rodoviário, há um desajustamento claro dos horários entre os diferentes prestadores de serviços. Os montijenses precisam de mais e de melhor. É neste âmbito que votamos a favor.” -----

**VOTO DE PROTESTO** apresentado pela CDU



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
E  
H

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues** (PSD), no uso da palavra, disse: “No último parágrafo, da primeira folha do Voto de Protesto, onde se lê: *“Para além disto tudo, é o duvidoso cumprimento deste processo nos termos do novo Código do Processo Administrativo.”* Devia-se ler: *“Para além disto tudo, é imperioso o cumprimento deste processo nos termos do novo Código do Procedimento Administrativo, o que não era o caso.”* Porque não é duvidoso, é mesmo imperioso.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (PSD), no uso da palavra, disse: “A bancada da CDU concorda com a alteração solicitada.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues** (PSD), no uso da palavra, disse: “A atitude que o senhor presidente da Câmara teve ao levantar-se da sua cadeira e não ouvir o Voto de Protesto, enquanto um membro da Assembleia Municipal o lia em voz alta, leva-me agora a agradecer a atenção de estar a ouvir a minha intervenção, porque em termos gerais vamos bater no mesmo ponto, porque, o senhor Presidente não tem em conta a lei, não tem em conta os procedimentos que um Presidente deve ter, põe os documentos em cima da hora de qualquer maneira, sem ter a mais pequena consideração pela oposição e depois quando as coisas lhe correm mal, não gosta e mais grave é que ainda faz considerações que até podem parecer intimidatórias, do género *“Votem contra para eu dizer aos montijenses que vocês votaram contra...”* -----

Não existe em lado nenhum um “estalinho no ar” que o senhor Presidente não esteja presente para tirar fotografias, o senhor Presidente vive um bocadinho à custa do trabalho dos outros. Mude de rumo senhor Presidente, os montijenses



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM  
B  
H

não merecem isto. E para finalizar quero dizer que o senhor ao levantar-se da sua cadeira e não ter a capacidade de ouvir um Voto de Protesto, lhe fica muito mal, porque vira as costas a uma assembleia municipal, às instituições, coletividades e aos montijenses.” -----

**VOTAÇÃO:** Aprovada por maioria, o com 16 votos a favor (7 da CDU, 7 do PSD, 1 do BE e 1 do PS – Deputado Fernando Coelho), 9 votos contra do PS e 0 abstenções. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, fez uma Declaração de voto, que se passa a transcrever: “Nas atuais circunstâncias, voto contra este voto de protesto, em nome da solidariedade política com o Grupo Municipal do PS e consequentemente pelo Partido Socialista.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Fernando Coelho (PS)**, no uso da palavra fez uma Declaração de Voto, que se passa a transcrever: “Quero apenas referir que sou um membro da assembleia municipal independente, fui convidado para aqui estar e esta é uma casa da Democracia e penso que com as atitudes do senhor Presidente da Câmara a Democracia nesta casa perdeu bastante e para mim ao não ser respondido por parte do senhor Presidente rigorosamente nada é muito mau. O silêncio tem valor.” -----

**MOÇÃO** apresentada pela CDU, intitulada “**PELO DIREITO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE MONTIJO À MOBILIDADE E AO TRANSPORTE PÚBLICO**”

**VOTAÇÃO:** Aprovada por unanimidade.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANA  
[Handwritten signature]

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota** (PSD), no uso da palavra, apresentou uma **Declaração de Voto** cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Embora não nos consigamos rever em alguns adjetivos utilizados nesta Moção, o superior interesse é realmente a qualidade da mobilidade das populações e a preservação do ambiente. Por esta razão votámos a favor.” -----

Seguidamente e concluído o período antes da ordem do dia, a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou sobre a eventual alteração à **ORDEM DE TRABALHOS**. Assim, disse: -----

“Fixada e publicada a ordem de trabalhos dos órgãos autárquicos a mesma só poderá ser alterada no caso de reconhecida urgência, e desde que dois terços dos seus membros reconheçam a urgência. -----

Importa, assim, proceder à justificação de alteração da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal do Montijo, agendada, publicitada, a realizar no dia 17 de junho de 2016, pelas 21 horas, na sua sala de sessões. -----

O senhor Presidente da Câmara remeteu à Assembleia Municipal no passado dia 13 de junho, uma proposta aprovada na Reunião de Câmara de 08 de junho, com o número 1028/16 e com a epígrafe “**Alteração à Constituição do Conselho Municipal de Educação de Montijo**”. Não obstante a proposta não vir tratada como urgente, todavia, está marcado para o próximo dia 23 de junho a reunião do Conselho Municipal de Educação do Montijo, pelo que se me afigura ser de toda a conveniência que os novos elementos constantes da proposta já possam participar no Conselho Municipal de Educação. -----

Esta proposta chegou após elaboração, distribuição e publicitação da ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal. Na verdade, a ordem de trabalhos foi



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entregue no dia 9 de junho, aos senhores deputados municipais acompanhada dos documentos e publicitada no Diário da Região, no dia 9 de junho. -----  
Analisada a proposta e reunida a conferência de representantes dos grupos municipais na Assembleia Municipal, entende que a matéria contida na referida proposta é urgente, como suprarreferido. -----  
É, pois, com este fundamento que entendo estar reconhecida a urgência da inclusão desta proposta na ordem de trabalhos, para deliberação, nos termos e para os efeitos do artigo 50.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.” -----

Assim, a Ordem de Trabalhos, que foi publicitada através do Edital nº 05/2016, Diário de Notícias de 06 de junho de 2016, tinha a seguinte ordem: -----

**PONTO UM** - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 04/2016 – “Eleição de representante para integrar o Conselho Municipal de Segurança”;

**PONTO DOIS** - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 05/2016 – “Eleição de representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil”;

**PONTO TRÊS** - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 1009/2016 – “Prestação de Contas Consolidada”;

**PONTO QUATRO** - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 1010/2016 – “1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, ao Orçamento da Receita, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal”;



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
97

**PONTO CINCO** - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 1019/2016 – “**Modificação dos Documentos Previsionais de 2016: 1ª Revisão ao Orçamento - SMAS**”;

**PONTO SEIS** – **Informações do Exmo. Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal**, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Após todos os presentes terem concordado com a **alteração à ORDEM DE TRABALHOS**, a mesma foi organizada e **aprovada por unanimidade**, passando a ter a seguinte ordem: -----

**PONTO UM** - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 04/2016 – “**Eleição de representante para integrar o Conselho Municipal de Segurança**”;

**PONTO DOIS** - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 05/2016 – “**Eleição de representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil**”;

**PONTO TRÊS** - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 1009/2016 – “**Prestação de Contas Consolidada**”;

**PONTO QUATRO** - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 1010/2016 – “**1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, ao Orçamento da Receita, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal**”;

**PONTO CINCO** - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 1019/2016 – “**Modificação dos Documentos Previsionais de 2016: 1ª Revisão ao Orçamento - SMAS**”;



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata  
P  
H

**PONTO SEIS** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal nº 1028/2016 – “**Alteração à constituição do Conselho Municipal de Educação de Montijo**”;

**PONTO SETE** – **Informações do Exmo. Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal**, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**ORDEM DO DIA**

**PONTO UM** - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 04/2016 – “**Eleição de representante para integrar o Conselho Municipal de Segurança**”; -----

“O Conselho Municipal de Segurança foi criado pela Lei nº 33/98, de 8 de julho. O Regulamento do Conselho Municipal de Segurança foi aprovado em reunião da Assembleia Municipal de Montijo realizada em 24 de fevereiro de 2000. O regulamento manteve-se em vigor, sendo alterado recentemente pela Assembleia Municipal, na 1ª sessão ordinária, realizada a 26 de fevereiro de 2016 em consequência da alteração à Lei nº 33/98, de 18 de junho pela Lei nº 106/2015, de 25 de agosto. -----

A composição do Conselho Municipal de Segurança integra representantes designados pelas entidades públicas e privadas que constam na lei, em sua representação. Integram também o Conselho cidadãos de reconhecida idoneidade. -----

Compete à Assembleia Municipal proceder à eleição dos cidadãos de reconhecida idoneidade, que de acordo com o Regulamento aprovado são em



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA  
E  
H

número de cinco. Em 19 de abril de 2011, procedeu-se à eleição de um novo membro para substituir a Dra. Nelsa Arroja, que a seu pedido deixou de poder integrar o Conselho. -----

Entretanto, faleceu em 25 de novembro de 2015, o Dr. José Correia Leite, que era membro do Conselho Municipal de Segurança, desde o início, pelo que dever-se-á proceder à sua substituição. Importa todavia, deixar aqui a título póstumo, uma palavra de reconhecimento em sua memória, pelo seu empenho, disponibilidade, e contributo no Conselho Municipal de Segurança do Montijo, mas também pela dedicação e amor que sempre dedicou à sua terra. -----

Neste quadro, nos termos do artigo 5º, alínea j), da Lei nº 33/98, de 18 de junho, com as alterações da Lei nº 106/2015, de 25 de agosto, bem como do nº 3 do artigo 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, a Mesa da Assembleia Municipal, propõe: -----

A eleição de um membro para integrar o Conselho Municipal de Segurança.” ----

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação, essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

A senhora Deputada **Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, e em nome da sua bancada apresentou o nome de José Manuel Sarreira Lopes



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
B  
H

A senhora Deputada **Municipal – Ana Filipa Mota (PSD)**, no uso da palavra, e em nome da sua bancada apresentou o nome de Horácio José de Jesus Francisco. -----

Os representantes das bancadas da CDU e BE, não apresentaram nenhum nome. -----

O senhor **Deputado Municipal – Sérgio Vasco (PSD)**, no uso da palavra leu uma **Proposta**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O PPD/PSD propõe o nome do senhor Horácio José de Jesus Francisco para integrar o Conselho Municipal de Segurança do Montijo. -----

O PPD/PSD apoia o mesmo pelo seu currículo, por ser bombeiro, pelo seu forte sentido de comunidade e integração social e por ser um residente de Canha, zona oriental do município de Montijo. -----

O Conselho Municipal de Segurança do Montijo tem por si só uma representação muito expressiva da parte ocidental e não tem ninguém da zona oriental do concelho. -----

A zona oriental do concelho apesar de não ter uma densidade populacional tão grande como as freguesias mais a ocidente, tem uma área muito grande e há uma parte muito significativa de indivíduos a residir longe das sedes de freguesia, ou seja, mais dispersos na área geográfica. -----

– Parte ocidental – constituída com uma área aproximada de 56,3 Km<sup>2</sup>; ----

– Parte oriental – constituída com uma área aproximada de 291,7 Km<sup>2</sup>. ----

No entender do PPD/PSD faz todo o sentido ter um cidadão da zona oriental, zona de maior área, que possa defender os interesses dessas pessoas, não



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
P  
H

querendo dizer que os mesmos não sejam defendidos pelos atuais representantes do Conselho Municipal de Segurança, mas todos sabemos que quem vive a realidade de perto tem outra sensibilidade e outra preocupação. --- Pela extensão do Município do Montijo e pela área oriental do Concelho o PPD/PSD está convicto que um representante desta zona só traria benefícios a quem lá reside e a toda a coordenação do Conselho Municipal de Segurança do Montijo.” -----

**Votação para o nome de José Manuel Sarreira Lopes**

**DELIBERAÇÃO TOMADA POR ESCRUTÍNIO SECRETO:** 17 votos sim, 7 votos não e 1 voto em branco. -----

**Votação para o nome de Horácio José de Jesus Francisco**

**DELIBERAÇÃO TOMADA POR ESCRUTÍNIO SECRETO:** 7 votos sim, 17 votos não e 1 voto em branco. -----

**Eleito para o Conselho Municipal de Segurança do Montijo, o cidadão José Manuel Sarreira Lopes.** -----

**PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 05/2016 – “Eleição de representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal**



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA  
Re

**de Proteção Civil”;** -----

“A Lei nº 80/2015, de 3 de agosto, procedeu à segunda alteração à Lei nº 27/2006 de 3 de julho, Lei de Bases da Proteção Civil. -----

A lei prevê agora que na composição das comissões municipais de Proteção Civil, as freguesias tenham assento através de um representante a designar pela Assembleia Municipal. -----

Assim, nos termos e para os efeitos do artigo 41º, alínea i), da Lei nº 80/2015, de 3 de agosto, a Mesa da Assembleia, propõe: -----

Eleição de representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.” -----

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação, essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

O senhor Deputado **Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, e em nome da sua bancada apresentou o nome do atual Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Joaquim Batalha. -----

Os representantes das bancadas do PS, PSD e BE, não apresentaram nenhum nome. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Votação para o Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes –  
Joaquim Batalha**

**DELIBERAÇÃO TOMADA POR ESCRUTÍNIO SECRETO:** 18 votos sim, 0 votos não  
e 7 votos em branco. -----

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os  
efeitos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, por forma  
a produzir eficácia imediata. -----

Dado o adiantado da hora, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu  
por encerrada a primeira reunião da terceira sessão ordinária, era uma hora, do  
dia dezoito de junho de dois mil e dezasseis. Informou ainda, todos os presentes  
que a segunda reunião ficava agendada para a próxima terça-feira, dia vinte e  
um de junho de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas. -----

E eu, *Joaquim Maria Osvedo Barbosa*, Assistente Técnica, da  
Assembleia Municipal, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com  
a constituição da mesa. -----

----- A Presidente da Assembleia -----

*Raia Amélia Antunes*

----- O 1º Secretário -----

*Pedro Rafael Pereira Reis Campos*

----- A 2ª Secretária -----

*Isabel Dória Almeida*